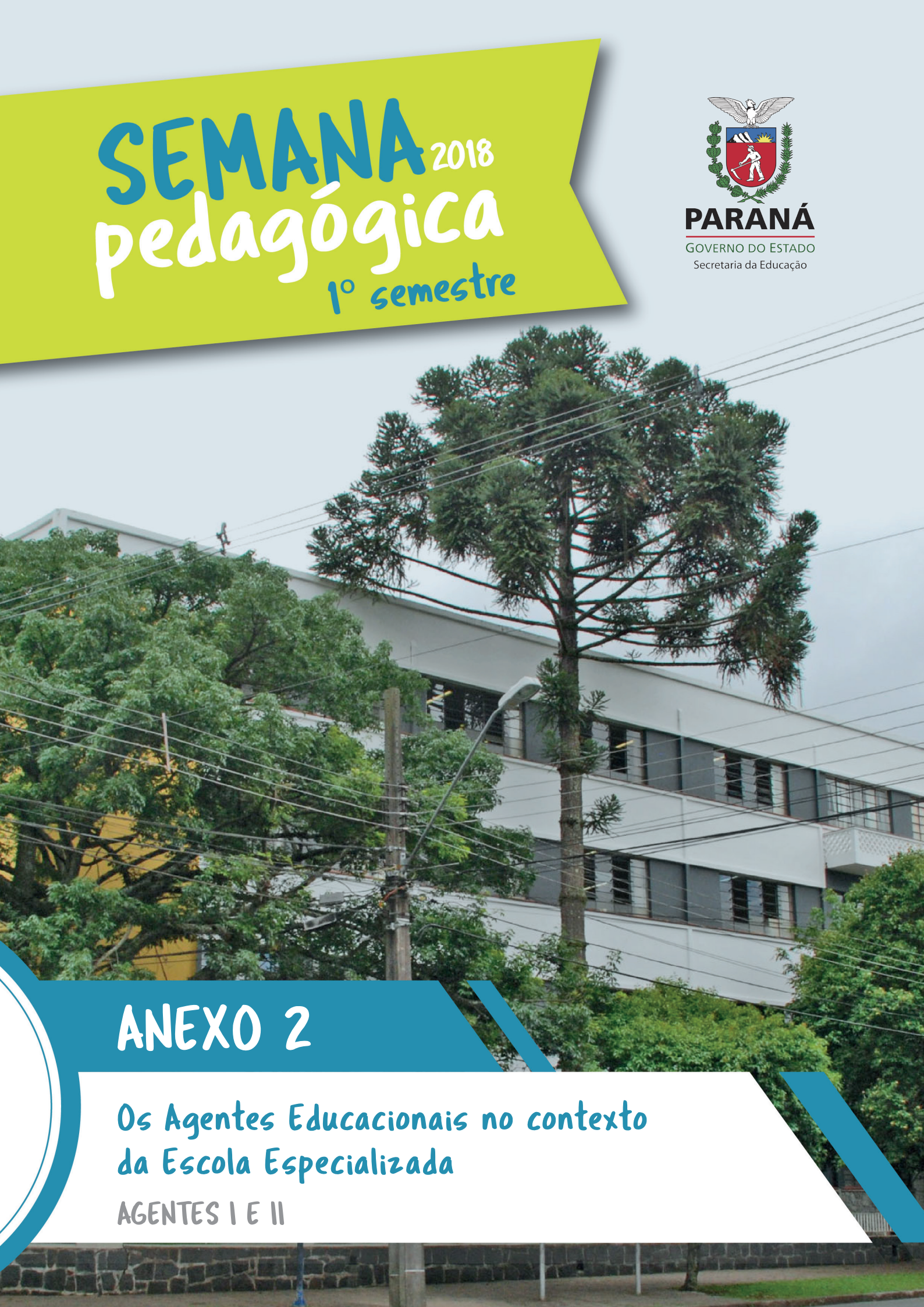
SEMANA pedagógica 2018
1º semestre

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Educação



ANEXO 2

Os Agentes Educacionais no contexto da Escola Especializada

AGENTES I E II

ANEXO 2 - Os Agentes Educacionais no contexto da Escola Especializada

Os Agentes Educacionais nas Instituições de Ensino da Rede Pública Estadual: reconhecimento e profissionalização

A educação escolar é permeada pelo trabalho de múltiplos sujeitos que compartilham tempos de convivência e interação. Mas, afinal, quem são estes sujeitos?

Monlevade (2013) apresenta um breve histórico que contribui para essa análise:

> Nos 210 anos de educação jesuítica eles eram chamados de "irmãos coadjutores" – e trabalhavam, na maioria, em funções não docentes, como as de enfermeiros, sacristães, bibliotecários, cozinheiros, hortelãos, escriturários, arquivistas, tesoureiros, administradores de fazendas e engenhos, pedreiros, pintores, marceneiros, ferreiros, arquitetos e até pilotos de navios. Ao contrário dos "padres" que, além das funções sacramentais, ocupavam os cargos de professores nos colégios secundários e escolas primárias, e tinham longa formação humanística e pedagógica, os coadjutores não possuíam via de regra formação profissional formal. Todos sabiam ler e escrever, ou mesmo escolarização mais avançada, mas dominavam seus "ofícios" o mais das vezes pelo aperfeiçoamento da prática de trabalho, obtida fora ou dentro da Companhia de Jesus.
>
> Expulsos os jesuítas, vigorou por algumas décadas o sistema pombalino das Aulas Régias, ministradas por professores leigos sem formação específica em ambientes sem estrutura física pedagógica, em regime de externato, que dispensavam a presença da maioria dos serviços não docentes. Para a conservação, limpeza e segurança dos locais das aulas serviam escravos e escravas.
>
> A partir das décadas finais do Império e principalmente com a República (1889), circunstâncias novas expressas no advento dos núcleos urbanos mais significativos exigiram a construção de prédios para o ensino primário (Grupos Escolares) e para o ensino secundário público (Liceus, Ateneus e Colégios). Esses novos espaços comportaram o advento de novos atores não docentes, como secretários, bedéis, porteiros, zeladores. Daí a criação de cargos burocráticos via concurso público, quando se tratava de competências que demandavam escolaridade, ou via indicações políticas, no caso, principalmente, dos serviços "braçais" de conservação, limpeza e vigilância. Neste período, nenhuma formação profissional é exigida desses trabalhadores e, quando admitidos por concurso, as provas se limitavam aos conteúdos dos cursos primário ou ginasial.

> É depois da Segunda Guerra Mundial que passa a aumentar o número dos "funcionários" ou "servidores" das escolas públicas, por duas razões: a primeira, derivada da construção em número crescente de escolas com mais espaços, de maior complexidade, que demandavam multiplicar quem os limpasse e conservasse; a segunda, pelo surgimento de novas tarefas, como as da merenda escolar e as das tecnologias audiovisuais ou mesmo derivadas da comunicação letrada – tempo dos datilógrafos e dos mimeógrafos, que requeriam novos atores para sua operação e manutenção. Cresce nesse período (1945-1980) o recrutamento via clientelismo político de porteiros, merendeiras e serviçais, que em nada contribuiu para a urgência de alguma formação profissional, para eles, e para os demais funcionários. Na década de 1970 surgem as primeiras entidades de funcionários não docentes em São Paulo (AFUSE), no DF (futuro SAE) e, finalmente, no Paraná (futuro SINTE). Ao mesmo tempo, muitos "trabalhadores em educação não docentes" passaram a participar de mobilizações dos professores organizados em associações e até mesmo nelas se filiaram. Esse movimento contribuiu para a formação de uma identidade própria da categoria. (MONLEVADE, 2013, p. 1).

A partir da Lei n. 12.014/2009, que altera o artigo 61 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), os funcionários legalmente habilitados foram reconhecidos como educadores, segundo a definição das categorias de profissionais da educação. Assim, os educadores são: os professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio; os trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas; e os trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim.

No Paraná, a Lei Complementar n. 123/2008 instituiu o Plano de Cargos, carreiras e vencimentos do quadro dos funcionários da Educação Básica da Rede Pública do Estado, o que representa um passo importante na trajetória da profissionalização dos Agentes Educacionais I e II.

O aperfeiçoamento profissional e a formação do funcionário de escola na sua especificidade (como educador) possibilita superar o preconceito conservador que os coloca como meros executores de tarefas, tornando-os conscientes de seu papel de agentes ativos na realização da função social da educação escolar.

Além disso, para Monlevade (2013), existem outros aspectos que precisam ser considerados sobre estes sujeitos das escolas.

> O primeiro é que a afirmação da categoria dos funcionários como profissionais da educação só se viabiliza e se explica politicamente à luz da consideração de que, passada a fase elitista que dominou a educação escolar brasileira de 1550 a 1827, mas que manteve vários de seus traços até hoje, e no bojo da natureza seletiva dos sistemas de ensino de 1827 para cá, desenvolve-se e afirma-se gradativamente um novo período que se pretende pautado pelos valores democráticos de universalidade de acesso e de participação de todos os atores na gestão e na realização dos currículos.
> O segundo tem a ver com a construção da identidade dos funcionários. Não vai ser superada automaticamente a invisibilidade social dos funcionários nas escolas e nos sistemas, senão por uma sistemática valorização de seus papéis de educadores. Sua subalternidade política, calcada em séculos de obediência e de passividade diante de professores, gestores e políticos, não se substitui por obra e graça da participação em colegiados, nem mesmo pela possibilidade legal de disputarem eleições de direção de escolas – fato que começa só agora a ser "digerido" pela sociedade. Sua marginalidade pedagógica, de que derivava sua denominação de "pessoal de apoio", de "auxiliares" e de "servidores", também não se transforma em integração nas escolas pelo fato de cursarem currículos de conteúdo "técnico-pedagógico" de nível médio e superior ou de ostentarem seus respectivos diplomas. Sua subvalorizarão salarial, caracterizada não somente pelos valores de suas remunerações que tangencial o salário-mínimo, mas também pela própria exclusão dos recursos do FUNDEB destinados aos profissionais da educação e pela demora da tramitação da lei federal que institui o Piso Nacional para todos, não se supera automaticamente pela aquisição dos diplomas técnicos e tecnológicos, nem pela inclusão em carreiras específicas ou integradas às dos colegas professores. (MONLEVADE, 2013, p. 6, grifo do autor).

Esse reconhecimento implica em uma concepção de educador que ultrapasse os limites da sala de aula e supere o preconceito histórico que vê os funcionários não docentes apenas como trabalhadores braçais, tarefeiros, alienados das ações pedagógicas. Para tal, "os funcionários, conscientes do seu papel de educadores, precisam construir a sua nova identidade profissional, isto é, ser profissionalizados, recebendo formação inicial e continuada tanto quanto os professores" (BRASIL, 2006, p. 32).

Neste sentido, o Ministério da Educação apresentou uma política de valorização dos trabalhadores em educação com foco nos funcionários das escolas e nesta proposta amplia a concepção do processo educacional, reafirmando a participação dos trabalhadores não docentes neste processo:

> Hoje, com a progressiva expansão da escolarização, percebe-se que, mais do que ser instruída por professores, a população precisa ser educada por educadores, compreendendo-se que todos os que têm presença permanente

> no ambiente escolar, em contato com os estudantes, são educadores, independentemente da função que exerçam.
> Nesse cenário, merendeiras precisam, também, cuidar da educação alimentar, bibliotecários, ajudar na construção do hábito da leitura e da educação literária, secretários devem colaborar com o processo avaliativo do ensino e da aprendizagem, configurando-se a instituição de novas identidades funcionais. (BRASIL, 2004, p. 16).

Todos os espaços da escola, além do espaço da sala de aula, são importantes espaços educativos. No contexto de uma gestão democrática é importante que os Agentes Educacionais participem na elaboração do Plano de Ação da escola para que se efetive um processo de construção de uma escola democrática. Tendo em vista que os Agentes Educacionais são também educadores e atuam no dia a dia da escola, é de suma importância que eles reflitam sobre o seu trabalho, tenham conhecimento e embasamento para discutirem sobre a escola e as instâncias colegiadas. A partir da aquisição desse conhecimento, torna-se possível a participação mais efetiva no ambiente escolar e nas decisões tomadas pelo coletivo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Por uma política de valorização dos trabalhadores em educação**: em cena, os funcionários de escola. Brasília: MEC, SEB, 2004.

_____. **Conselho Escolar e a valorização dos trabalhadores em educação** / em elaboração. Brasília: MEC, SEB, 2006.

MONLEVADE, João. **Curso superior de tecnologia em processos escolares**. Projeto de curso para concluintes dos cursos técnicos do programa pró-funcionário e para a demanda social (minuta). Curitiba: IFPR, 2013.